



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

1 CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER (CEDIM/SC), no dia 04 de
2 junho de 2019, no na Sala Operacional 2, sito, localizada na Av. Ivo Silveira, 2320.
3 Capoeiras. Florianópolis/Santa Catarina foi realizada a 4ª Reunião Plenária Ordinária do
4 CEDIM/SC, do referido ano, sob a condução da conselheira e Presidenta do
5 CEDIM/SC, Célia Fernandes, representante da Associação Brasileira de Portadores de
6 Câncer (AMUCC). A 4ª Reunião Plenária Ordinária contou com a presença das
7 Conselheiras Titulares representantes das Organizações Governamentais: Conselheira
8 Titular Aretusa Larroyd, representando a Coordenadora Estadual da Mulher;
9 Conselheira Titular Letícia Martins Falcão Ferreira, representante da Secretaria de
10 Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST); Conselheira Titular Heloise
11 Violene Guil Suda, representante da Secretaria de Estado da Administração (SEA);
12 Conselheira Titular Ariane Emí Nakamura, representante da Secretaria de Estado de
13 Turismo, Cultura e Esporte (SOL); Conselheira Titular Francieli Magri, representando a
14 Secretaria de Estado da Agricultura e da Pesca (SAR); Conselheira Titular Adriana
15 Maria da Silva Rubini, representante da Secretaria de Estado da Saúde (SES);
16 Conselheira Titular Fernanda Cavalli Schmitt, representante da Secretaria de Estado do
17 Desenvolvimento Econômico e Sustentável (SDS); Conselheira Titular Ângela Cristina
18 Pelicioli, representante da Procuradoria Geral do Estado (PGE); Conselheira Titular
19 Flávia de Mattos Motta, representante do Laboratório de Relações de Gênero e Família
20 da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Participou também,
21 as Conselheiras Titulares e Suplentes representantes das Organizações Não
22 Governamentais: Conselheira Suplente Eva Santos da Rosa, representante da
23 Associação Brasileira de Portadores de Câncer (AMUCC); Conselheira Titular Paula
24 Helena Lopes, representante do Conselho Regional de Psicologia 12ª Região (CRP-12);
25 Conselheira Suplente Rita de Cassia Maraschin da Silva, representante da Federação
26 dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar de Santa Catarina
27 (FETRAF-SC); Conselheira Titular Morgani Guzzo, representante do Instituto de
28 Estudos de Gênero (IEG UFSC); Conselheira Suplente Juliane Patrícia Tavares,
29 representando o Movimento Jovem de Araquari; Conselheira Titular Tatiane Mariza de
30 Souto representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e Conselheira Suplente



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

31 Sara Jane Ternes, representante União Brasileira de Mulheres (UBM). A 4ª Reunião
32 Plenária Ordinária – ano 2019, contou ainda com a participação de Tanara Rogowski
33 dos Santos, Secretária Executiva do CEDIM/SC e Carolina Alexandre Costa, estagiária
34 do CEDIM/SC; Stéphanie Schulze da Silva Ramires, terceirizada da Secretaria de
35 Estado da Defesa Civil; Participaram também Ana Aparecida Pereira, representante da
36 Secretaria de Assistência Social (SAS) e Coordenação de Políticas Públicas para as
37 Mulheres (CPPM) de Joinville/SC e Ana Cristina da S. Delfino, representante da
38 Comunidade Terapêutica Rosa de Saron de Joinville/SC. Justificaram ausência:
39 Conselheira Titular Patrícia Maria Zimmermann D'Ávila, representante da Secretaria de
40 Estado da Segurança Pública (SSP); Conselheiras Titular Lia Fernandes e Suplente
41 Edivana Cadona, ambas representantes da Secretaria de Estado da Educação (SED);
42 Conselheiras Titular Ana Paula Ribeiro Ramos e Suplente Claudete de Souza
43 Bianchezzi, ambas representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do
44 Estado de Santa Catarina (FETAESC) e ainda a Conselheira Titular Rosaura de Oliveira
45 Rodrigues, representando a Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e
46 Direitos Reprodutivos. A 4ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC do ano de 2019
47 teve a seguinte pauta: 1. Levantamento do Quorum; 2. Aprovação da Ata da 3ª Reunião
48 Plenária Ordinária – Ano 2019, realizada em 07 de maio; 3. Relatório das Atividades do
49 CEDIM/SC – maio de 2019; 4. Comissões Permanentes: 4.1 Pacto Estadual Maria da
50 Penha; 4.2 Unidades Móveis; 4.3 Câmara Técnica Estadual de Implementação do Pacto
51 Nacional pelo Enfrentamento à Violência; 4.4 Apresentação da logomarca; 5. Roda de
52 Conversa; 6. Reforma Administrativa; 7. Aprovações de Encaminhamentos; 8. Informes
53 Gerais; 9. Encerramento. A 4ª Reunião Plenária Ordinária teve início às 14h00. Célia
54 saudou as participantes. Após o levantamento do quorum, Célia deu continuidade à
55 pauta cuja ordem era a aprovação da ata da 3ª Reunião Plenária Ordinária de 2019,
56 realizada em 7 de Maio. Célia perguntou se todas haviam recebido a ata por e-mail e se
57 haviam lido. Todas afirmaram que sim e Célia colocou a referida ata em aprovação. Em
58 seguida, Célia pediu que Tanara fizesse a apresentação dos relatórios das atividades do
59 CEDIM/SC do mês de maio/2019. Foi solicitado pela Tanara que as Conselheiras
60 enviassem ao e-mail do CEDIM, as participações em eventos/reuniões para



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

61 complementar o relatório. Apresentados os relatórios das atividades de maio, Célia
62 Célia dá continuidade para o item 4 da Pauta: Comissões permanentes aonde passa a
63 palavra inicialmente para Ângela expor sobre levantamento de algumas questões que
64 envolvem o Pacto Estadual Maria da Penha. Iniciou falando sobre a Casa da Mulher
65 Brasileira, previsto em âmbito nacional e que existe hoje um espaço no Bairro
66 Agrônômica, em Florianópolis, que foi destinado para construção dessa casa, porém,
67 não houve processo de estruturação desse espaço para receber as mulheres que
68 precisam. Complementou que essa questão seria de importante relevância para se
69 “lutar” pela implantação. Ariane fala então sobre o por quê desse item estar na pauta da
70 Plenária, pois há previsto no documento do Pacto Estadual uma composição de Grupo
71 de trabalho com os organismos que assinaram o Termo de responsabilidade. Há, no
72 entanto, um Decreto ainda em vigência que instituiu a Câmara Técnica e esse Decreto
73 deveria ser analisado e verificado se há necessidade de revogação ou atualização.
74 Tatiane comenta que entende que esse Decreto perdeu seu ‘objeto’, devido ser
75 constituído à época para o Pacto Nacional e esse já foi realizado. Aretusa fala que o
76 Decreto possui diretrizes para o Pacto Nacional que hoje já está constituído e ações que
77 constam nele que já não possuem mais vigência. Sugere que seja constituído um Comitê
78 ou Grupo de Trabalho que trabalhe efetivamente com as ações de âmbito Estadual e a
79 questão da Câmara Técnica é necessário reavaliar se atualiza ou revoga, pois manter a
80 Câmara e constituir outro Grupo/Comitê de Trabalho, conforme levantado em reunião
81 com a Secretária da SST, isso poderá haver futuros questionamentos a considerar que já
82 existe essa Câmara Técnica em vigência. Se for revogar essa Câmara Técnica haverá
83 necessidade de uma exposição de motivos para revogação. Tudo deverá ser analisado
84 para ver o que ficará mais coerente e com os trâmites mais breves. Tanara solicitou à
85 COJUR da SST para que se fosse verificadas especificações sobre Grupo de Trabalho e
86 Comitê, ou seja, suas diferenças. Porém, o que lhe foi passado é que no Estado de SC
87 não há documento, manual que especifique cada um deles. Ângela diz que se for
88 constituído um Comitê esse deverá ser feito por Decreto. Pois garante mais incisividade,
89 mais ‘força’ ao chamar as partes envolvidas para composição, pois é um ato do
90 Governador. Tatiane sugere que seja feito um Ofício para formalizar a solicitação de



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

91 orientações de como efetivar essa questão no intuito de não se esbarrar em trâmites não
92 previstos e atrasar o trabalho. Tendo uma resposta em mãos, a Comissão do CEDIM de
93 Legislação poderá avaliar de forma mais concreta sobre o que realmente deliberar. Célia
94 sugere que o assunto seja trazido novamente para Plenária para discussão. Houve relato
95 da Conselheira convidada de Joinville sobre como ocorreu à construção da Rede no
96 município e tem dado certo. Foi sugerido pela Ângela, Célia e Paula e deliberado por
97 todas em Plenária que sejam convidados os representantes dos envolvidos com a
98 assinatura do Pacto para uma primeira reunião e assim iniciar o diálogo referente às
99 questões que envolvem o Pacto. Além dos que assinaram o Termo de Compromisso, foi
100 sugerido que o convite seja estendido para as Pastas da Saúde, Educação, Justiça e
101 Cidadania, Segurança Pública e Alesec. Finalizando o item da pauta, Paula sugere que
102 seja solicitado à Casa Civil a formalização por meio de documento para que a Secretaria
103 de Desenvolvimento Social possa tomar as providências referentes ao Pacto Estadual.
104 Ficou encerrado esse item de pauta. Flávia questionou sobre a solicitação de Dados de
105 feminicídios feita pelo CEDIM para a Segurança Pública para que seja confeccionado
106 um relatório com esses dados. Tanara falou que esse Ofício foi enviado dia 24/05/2019
107 e que constatou que esse documento, enviado via SGP-e já tinha sido recebido pela
108 Diretoria de Inteligência da SSP e que no momento será necessário aguardar o retorno.
109 Passando para o próximo item da pauta da plenária 4.2 - Unidades Móveis Célia solicita
110 que Aretusa fale sobre assunto. Aretusa comenta sobre a ida da unidade na região de
111 Lages e que no mês de agosto, intitulado Agosto Lilás, haverá atuação da Unidade
112 Móvel principalmente nas regiões onde houve as Rodas de Conversa para fortalecer o
113 pedido de implantação de Conselhos Municipais. Também nos encontros que a Epagri
114 promove para as agricultoras, mulheres mais distantes, conforme cronograma montado
115 pela EPAGRI. Há também uma atuação na Grande Florianópolis, Araquari e Joinville.
116 Aretusa fala do Fórum que existe e que discute também sobre a atuação das Unidades
117 Móveis. Diante da falta de recursos orçamentários estão sendo realizadas, no momento,
118 ações mais 'enxutas'. Reforçou que foi enviado aos órgãos de Assistência Social que
119 receberam o ônibus um questionário solicitando avaliação do serviço realizado. Juliane
120 sugeriu que as unidades possam estar presentes nos municípios para estimular o debate



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

121 sobre as políticas públicas sobre as mulheres. Morgani complementou que o enfoque
122 não seja somente na violência em si, mas para valorização das mulheres, para se
123 sentirem especiais, prevenirem a violência, etc. Encerrado esse item, Celia menciona
124 que o próximo ponto - Câmara Técnica já foi discutida no início da plenária e dá
125 continuidade para o item 4.4 da apresentação da logomarca do Conselho. Morgani fala
126 da intenção de confeccionar camisetas e a Comissão de Comunicação se
127 responsabilizou em fazer uma logomarca para apresentar nesta plenária. Heloise
128 elaborou 3 propostas de logomarca para apresentação. Essas foram mostradas para todas
129 presentes para apreciação e análise. Todas aprovaram os modelos para aplicação das
130 identidades visuais apresentadas e na próxima reunião serão trazidas as algumas
131 possibilidades que podem ser feitas. Célia dá continuidade ao quinto item - Rodas de
132 Conversa e falou sobre a participação das Conselheiras e FECAM nesses eventos que
133 aconteceram em Itajaí, Criciúma, Lages e Chapecó. Foram eventos que trouxeram uma
134 avaliação muito positiva nos municípios e que reforçou a importância do conselho
135 constituído. Foi apresentado na Plenária o Relatório da FECAM sobre as Rodas de
136 Conversa e Célia solicitou para que a Tanara enviasse por e-mail o relatório para as
137 conselheiras. Aretusa também afirmou que os eventos tiveram uma grande participação
138 dos municípios das regiões e serviu para um chamamento para o avanço nas redes de
139 enfrentamento e principalmente na ênfase da importância dos Conselhos instituídos.
140 Aretusa falou que foi feita uma Carta às Parlamentares Municipais de SC, escrita no
141 município de Lages, que solicita o compromisso das vereadoras em dar abertura a
142 debates nas Câmeras de Vereadores nos municípios, criar Leis, etc. no intuito de
143 fomentar cada vez mais as políticas de enfrentamento. A intenção é continuar com as
144 Rodas de Conversa a partir de agosto/2019. Paula verificou que é importante abrir mais
145 espaço para debates dentro desses eventos para que possibilite maior diálogo, maior
146 articulação da rede. Finalizado item sobre Rodas de Conversa, Célia dá continuidade ao
147 da Reforma Administrativa, aonde socializou sobre o resultado da votação dos
148 Deputados na qual extinguiu a Coordenadoria e da tentativa da Dep. Luciana Carminatti
149 em aprovar a emenda proposta. Tanara enfatizou que, com a Reforma Administrativa
150 aprovada, algumas Pastas Governamentais serão extintas e isso terá que ser atualizado



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

151 na questão das representações das Conselheiras no CEDIM. Célia passa para o item de
152 Aprovações e Encaminhamentos aonde retoma as deliberações feitas na plenária. Os
153 informes gerais foram dados, com divulgação de evento a serem realizados em junho:
154 em Rede de enfrentamento em Joinville, Audiências Públicas, Fórum em Bombinhas.
155 Tanara mencionou as justificativas das Conselheiras ausentes e essas foram deliberadas.
156 Nada mais havendo a tratar, Célia agradeceu a participação de todas e deu por encerrada
157 a 4ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC - Ano 2019. Eu, Tanara Rogowski dos
158 Santos, Secretária Executiva do CEDIM/SC, lavei a presente ata e junto a Célia,
159 Presidenta do CEDIM/SC assinamos.